

O Meu Itinerário Intelectual

I

A FILOSOFIA DE OXFORD ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O meu interesse pelas questões filosóficas começou nos meus tempos de estudante de Oxford, no final da década de 1920 e começos da de 1930, porque a filosofia fazia parte de um curso que, na época, era seguido por grande número dos que estudavam em Oxford. Em consequência de um interesse continuado por esse campo, foi-me atribuída, em 1932, a tarefa de ensinar Filosofia, e as minhas concepções desse tempo sofreram naturalmente a influência do tipo de discussões que os meus contemporâneos filosóficos mantinham em Oxford. Abundavam outras questões no campo da filosofia, mas acontece que os temas em que os meus colegas e eu estávamos mais interessados eram os que se ligavam ao regresso ao empirismo que começavam a dominar a filosofia britânica antes da Primeira Guerra Mundial, sob a influência de dois célebres filósofos de Cambridge, G. E. Moore e Bertrand Russell.

Verificacionismo

O primeiro tema que ocupou a nossa atenção a meados e nos finais da década de 1930 foi o da natureza do sentido — a sua relação com a verdade e a falsidade, o conhecimento e a opinião, e em particular o critério do sentido em termos de verificabilidade das proposições

em que se exprime. Éramos impelidos para esta temática pelos membros da Escola de Viena, eles próprios discípulos de Russell e em grande medida influenciados por pensadores como Carnap, Wittgenstein e Schlick. A ideia em voga era que o sentido de uma proposição consiste no modo como é verificada; e que, se não há modo possível de verificar o que é dito, estamos perante um enunciado insusceptível de verdade ou falsidade, sem carácter factual e, portanto, desprovido de sentido, ou estamos, na alternativa, perante o exemplo de um uso diferente da linguagem, como acontece nos casos em que se dá uma ordem ou se exprime um desejo, ou na literatura de ficção, bem como ainda noutras ordens de expressão que não pretendem ser empiricamente verdadeiras.

Esta escola influenciou-me na medida em que mergulhei nos problemas e nas teorias que suscitou, mas nunca fui propriamente seu seguidor. Sempre acreditei que os enunciados, que podem ser verdadeiros, ou falsos, ou plausíveis, ou duvidosos, ou interessantes, se, por um lado, se referem sem dúvida ao mundo tal como este é empiricamente concebido (e, desde então até hoje, nunca concebi o mundo de qualquer outro modo), nem por isso são, por outro lado, necessariamente susceptíveis de verificação por meio de um critério simples e dirimente, ao contrário do que afirmava a Escola de Viena e os positivistas lógicos seus adeptos. Desde o princípio, senti que as proposições gerais não eram verificáveis desse modo. Os enunciados — tanto os da linguagem comum como os das ciências naturais (que eram o ideal da Escola de Viena) — podiam ser perfeitamente providos de sentido, não sendo embora rigorosamente verificáveis. Se eu disser: «Todos os cisnes são brancos», nunca saberei se o soube de todos os cisnes existentes, ou se o número dos cisnes existentes será ou não infinito; um cisne negro refutará sem dúvida uma tal generalização, mas a sua verificação positiva, em sentido próprio, parecia-me inalcançável; no entanto, seria absurdo dizer que se trata de uma frase desprovida de sentido. O mesmo é verdade das proposições hipotéticas e, por maioria de razão, das proposições hipotéticas do terceiro tipo, sobre as quais é manifestamente paradoxal sustentar ser possível demonstrar a sua verdade ou falsidade através da observação empírica, mas que são indubitavelmente dotadas de sentido.

Ocorriam-me muitíssimos outros exemplos de enunciados do mesmo tipo, decerto dotados de sentido, na plena acepção do termo, mas

de um sentido que escapava ao estrito critério proposto — o critério da observação empírica directa, ou do mundo dos sentidos. Portanto, embora tomasse animadamente parte nas discussões (a verdade é que a mais tarde chamada «filosofia de Oxford» nasceu nos meus aposentos, durante reuniões ao serão, frequentadas por filósofos que viam a tornar-se famosos, como A. J. Ayer, J. L. Austin e Stuart Hampshire, todos eles influenciados pelo empirismo oxoniano e, em certa medida, pelo realismo oxoniano — ou seja, pela convicção de que o mundo externo é independente dos observadores humanos), continuei a ser, apesar de tudo, um herético, ainda que amigável. Nunca abandonei as convicções que professava nessa altura e considero ainda hoje que, se a experiência empírica é tudo o que as palavras estão em condições de exprimir (ou seja, não há outra realidade), nem por isso a verificabilidade é o único critério, e nem sequer o critério mais plausível, do conhecimento, das crenças ou das hipóteses. Esta ideia acompanhou-me a vida inteira, impregnando da sua tonalidade todas as restantes coisas que poderei ter pensado.

Um outro tema para o qual solicitei a atenção dos meus jovens colegas foi o do estatuto de proposições do tipo: «Este cor-de-rosa (cambiante) assemelha-se mais a este avermelhado do que a este negro.» Generalizando, era evidente que se tratava de uma verdade que nenhuma experiência poderia jamais refutar, pelo simples motivo de as relações entre as cores visíveis serem fixas. Ao mesmo tempo, a proposição geral não podia ser enunciada *a priori* porque não procedia formalmente de qualquer definição e, portanto, não pertencia às disciplinas da lógica ou da matemática, que só admitem proposições *a priori*, consideradas então como outras tantas tautologias. Tratava-se pois da descoberta de uma verdade universal na esfera empírica. Quais eram as definições de «cor-de-rosa», de «avermelhado» e assim por diante? Não existiam. As cores só podiam ser reconhecidas olhando, e por isso as suas definições eram classificadas como ostensivas; e da definição do género, nada se seguia em termos lógicos. O que nos aproximava do velho problema das proposições sintéticas *a priori* de Kant, e discutimos o assunto, em torno deste e doutros problemas semelhantes, durante não poucos meses. Eu estava convencido de que a minha proposição era, senão rigorosamente *a priori*, pelo menos verdadeira de modo auto-evidente, e convencido de que a sua contrária seria ininteligível. Não poderei dizer se os meus

colegas voltaram alguma vez a pôr-se a questão, mas o certo é que o tema passou a fazer formalmente parte das nossas discussões da época. Correspondia a uma ideia de Russell que aparece numa sua obra intitulada *The Limits of Empiricism*.

O fenomenismo

O outro principal tema discutido pelos meus contemporâneos era o fenomenismo — ou seja, a questão de saber se a experiência humana se limitava à experiência proporcionada pelos sentidos, segundo o que ensinavam os filósofos britânicos Berkeley e Hume (e, nalguns dos seus escritos, Mill e Russell), ou se existia uma realidade independente da experiência sensível. Para alguns filósofos, como Locke e os seus seguidores, essa realidade existia, embora não nos fosse directamente acessível — uma realidade que causava as experiências sensíveis que são tudo o que podemos conhecer directamente. Outros filósofos sustentavam que o mundo externo era uma realidade material que podia ser directamente percebida, ainda que mal percebida em certos casos: tratava-se do chamado realismo, por oposição à ideia de o nosso mundo ser inteiramente criado pelas faculdades humanas — razão, imaginação e assim por diante —, posição do chamado idealismo, ideia em que nunca acreditei. Nunca acreditei em quaisquer verdades metafísicas — nem nas verdades racionalistas enunciadas por Descartes, Espinosa, Leibniz e, à sua maneira muito peculiar, por Kant, nem nas verdades do idealismo (objectivo), cujos pais são Fichte, Friedrich Schelling e Hegel, que continuam, ainda hoje, a ter os seus seguidores. Deste modo, o sentido, a verdade e a natureza do mundo externo eram os temas sobre os quais eu reflectia e sobre os quais, em certa medida, escrevia, tendo, de resto, algumas das minhas ideias a este propósito sido objecto de publicação¹.

Um dos fenómenos intelectuais que exerceu maior impacto sobre mim foi a busca universal por parte dos filósofos da certeza absoluta, de respostas que não fosse possível pôr em dúvida, de uma segurança intelectual total. Desde o princípio, pareceu-me uma busca ilusó-

¹ Cf. a colectânea do autor intitulada *Concepts and Categories*, *op. cit.*, p.[xii do original inglês], nota 1.

ria. Por mais solidamente fundada, generalizada, iniludível e «auto-evidente» que uma conclusão ou dado directo possam parecer, continua a ser sempre possível concebermos que alguma coisa os possa modificar, e até a contrariá-los, ainda quando não sejamos, de momento, capazes de imaginar que tipo de coisa o poderia fazer. E mais tarde, esta suspeita de que boa parte da filosofia adoptava uma via enganadora, acabou por dominar as minhas ideias numa esfera completamente nova e diferente.

Enquanto me ocupava com o ensino e a discussão do tipo de filosofia que acima resumi nas suas grandes linhas, foi-me pedido que escrevesse uma biografia de Karl Marx. As ideias filosóficas de Marx nunca me pareceram particularmente originais ou interessantes, mas o estudo das suas concepções levou-me a investigar as dos seus predecessores e, em particular, dos *philosophes* franceses setecentistas — os primeiros adversários organizados do dogmatismo, do tradicionalismo, da religião, da superstição, da ignorância e da opressão. O resultado foi passar a admirar a grande tarefa que os pensadores da *Encyclopédie* se tinham fixado e o grande trabalho que levaram a cabo visando libertar os homens das trevas — clericais, metafísicas, políticas, e outras. E, embora com o tempo tenha vindo a recusar alguns dos fundamentos das suas crenças comuns, a minha admiração pelas Luzes, e a solidariedade que sinto em relação a elas, nunca desapareceu; para além dos seus pontos fracos de ordem empírica, as minhas críticas visaram algumas das suas consequências, tanto de ordem lógica como de ordem social: quer dizer, compreendi que o dogmatismo de Marx, bem como o dos seus seguidores, decorria em parte das certezas do Iluminismo do século XVIII.

II

HISTÓRIA DAS IDEIAS E TEORIA POLÍTICA

Durante a guerra, prestei serviço na função pública britânica. Quando voltei a Oxford para ensinar Filosofia, passei a ocupar-me de dois problemas centrais. O primeiro era o do monismo — a tese central da filosofia ocidental, de Platão aos nossos dias — e o segundo o do sentido e da aplicação da noção de liberdade. Dediquei muito tem-